

ENSAIO INTRODUTÓRIO À DETERMINAÇÃO DO CONCEITO DE UMA RAÇA HUMANA DE IMMANUEL KANT

ALEXANDRE HAHN

Universidade de Brasília
hahn.alexandre@gmail.com

A *Determinação do conceito de uma raça humana*, publicada em novembro de 1785, na *Berlinische Monatsschrift*, é o segundo de três ensaios dedicados por Kant ao tema das raças humanas.¹ Sua publicação foi, provavelmente, motivada por uma recepção desfavorável (ou, ao menos, divergente das expectativas do autor) do ensaio de 1775. Essa suposição parece ser confirmada pelo protesto que o filósofo dirige, logo no início do ensaio de 1785, a certos homens² que, embora perspicazes “na sua avaliação daquilo que foi dito [por ele] alguns anos atrás unicamente [a respeito da origem das raças humanas realmente existentes], direcionaram sua atenção exclusivamente a esse tópico secundário, a saber, à hipotética aplicação do princípio, mas o próprio princípio,

¹ *Das diferentes raças humanas* (1775) e *Sobre o uso de princípios teleológicos na filosofia* (1788) foram, respectivamente, o primeiro e o terceiro ensaio acerca desse tema.

² É difícil saber com certeza a quem exatamente Kant se refere nesse trecho, uma vez que ele não cita qualquer nome. Mas, é provável que o ensaio de 1785 tenha sido endereçado tanto à Eberhard August Wilhelm Zimmermann (1743-1815) quanto à Johann Gottfried Herder (1744-1803). Zimmermann, ainda que não discordasse diretamente do conceito de raça, levantou sérias dúvidas acerca das exposições e interpretações apresentadas por Kant das supostas propriedades raciais, como, por exemplo, se a baixa estatura de certos povos nórdicos era causada pelo frio polar ou por outras influências externas (Cf. ZIMMERMANN, E. A. W. *Geographische Geschichte des Menschen, und der allgemein verbreiteten vierfüßigen Thiere, nebst einer hieher gehörigen zoologischen Weltkarte*. Vol. I. Leipzig: Weygandsche Buchhandlung, 1778, pp. 70-73). Na carta enviada à Johann Jacob Engel (1741-1802), em 04 de julho de 1779, Kant menciona que tem pronto, já há algum tempo, o material para uma continuação do ensaio das raças humanas, porque “foi motivado a seguir refletindo acerca dessa questão por intermédio da *História geográfica dos homens* de Zimmermann (que avaliou a parte precedente [acerca desse tema])” (KANT, *Brief an Johann Jacob Engel*, 1779, Ak X 256).^{*} No que diz respeito à Herder, na segunda parte de suas *Ideias para uma filosofia da história da humanidade* (1784), ele explicitamente rejeita o conceito de raça proposto por Kant (Cf. HERDER, J. G. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. Vol. XIII, pp. 257-258 [*Herders Sämtliche Werke*. Hrsg. von Bernhard Ludwig Suphan. Berlin: Weidmann, 1909]). Kant observa, na sua resenha de 1785 das *Ideias* de Herder, que este provavelmente rejeita o conceito de raça, pois, para o filósofo em questão, “o conceito de uma raça ainda não [estava] claramente determinado” (KANT, *Rezension zu Johann Gottfried Herders Ideen. Zweiter Teil*, 1785, A 154-155; Ak VIII 62). Logo, é plausível assumir que o ensaio kantiano sobre as raças, de 1785, foi, ao menos em parte, uma resposta à Herder.

^{*} Note-se que as referências das obras de Kant precedidas pela letra “A” ou pela letra “B” dizem respeito à paginação original, conforme a edição de Wilhelm Weischedel (KANT, I. *Werke in sechs Bänden*. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: WBG, 1983), ao passo que aquelas precedidas pela sigla “Ak” correspondem à paginação da edição da Academia (KANT, I. *Kants gesammelte Schriften*. Hrsg.: Bd. 1-22 Preußische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23. Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin und New York: Walter de Gruyter, 1900ss). Para simplificar, as referências aos textos da edição da Academia serão abreviadas da seguinte forma: Ak VIII 91. Nesse contexto, os algarismos romanos representam o *volume*, no qual se encontra o texto, e os algarismos arábicos a *página* do texto citado.

do qual tudo depende, apenas tocaram levemente”.³ A insatisfação de Kant se deve, ao que parece, à excessiva importância atribuída, pelos intérpretes do seu ensaio de 1775, à narrativa da origem histórica das raças humanas, em detrimento de uma adequada apreciação do conceito de raça humana e do seu princípio (para a divisão dos homens), do qual dependeria, na visão do filósofo, todo discurso científico acerca das diferenças físicas entre os homens.

É certo que Kant atribuía grande importância àquilo que ele denominava *história da natureza*, já que a tomava como superior à mera *descrição da natureza*. Para ele, tal *descrição*, ou “conhecimento das coisas da natureza, como elas agora são, sempre deixa a desejar o conhecimento daquilo que elas foram anteriormente, e por qual série de alterações passaram para chegar ao seu estado presente em todos os lugares”.⁴ Quer dizer, tratava-se de um tipo de conhecimento incapaz de explicar satisfatoriamente o estado presente das coisas da natureza. A *história da natureza*, por outro lado, na medida em que busca ensinar “sobre a alteração da forma da Terra, bem como sobre a alteração que as criaturas da Terra (plantas e animais) sofreram por meio de migrações naturais, e sobre as derivações originadas do protótipo do gênero fundamental dessas criaturas,” poderia não apenas reduzir “uma grande quantidade de espécies aparentemente diferentes a raças do mesmo gênero”, mas também transformar o “detalhado sistema escolar de descrição da natureza em um sistema físico para o entendimento”.⁵ Em outras palavras, Kant entendia que a *história da natureza* proporcionava um sistema que, mais do que simplesmente classificar as criaturas da natureza por semelhança, permitia colocá-las sob leis. Dessa forma, por se propor a descobrir e provar certas leis da natureza, essa *história* estaria em condições tanto de explicar o estado atual das coisas vivas da natureza, considerando-as como produtos de um processo (no qual sofreram alterações impostas por distintas condições ambientais) e como derivações de um único e mesmo tronco fundamental, quanto de estabelecer uma classificação baseada em parentescos (consangüinidade).

Por conseguinte, é muito provável que Kant, ao protestar contra a abordagem equivocada do seu ensaio de 1775, não esteja negando a importância sistemática de uma

³ KANT, *Bestimmung des Begriffs einer Menschenrasse*, 1785, A 391; Ak VIII 91.

⁴ KANT, *Von den verschiedenen Rassen der Menschen*, 1775, A 7 / B 140; Ak II 434.

⁵ *Ibidem*, B 140-141; Ak II 434.

tal *história da natureza* do gênero humano, mas tão-somente o significado hiperbólico atribuído à narrativa que ilustra essa *história*. Pois, para ele, não se tratava de uma narrativa verídica, mas apenas hipotética acerca da origem das diferentes raças humanas. Essa posição do filósofo é notória em 1775, quando afirma que a sua pretensão se resume a apresentar “hipóteses que, ao menos, têm fundamento [*Grund*] suficiente para contrabalançar outras hipóteses que consideram as diferenças do gênero humano tão inconciliáveis que, por isso, [...] têm antes de admitir muitas criações locais”.⁶ A mesma posição pode ser observada no ensaio de 1785, no qual ele sustenta que hipóteses artificiais “são [...] boas para eventualmente responder a um oponente, [...] – e ao *seu* jogo de hipóteses com um, ao menos, igualmente verossímil”.⁷ Mais precisamente, por estar ciente que a narrativa da origem das raças (ou melhor, do início do caráter hereditário que diferencia os homens entre si) “ultrapassa toda história”,⁸ o filósofo também sabia que não poderia ousar propor mais do que hipóteses.⁹ Quanto a isso, é interessante notar que o uso conjectural da narrativa histórica, como recurso argumentativo para ilustrar (exemplificar) teses acerca do mundo físico, não se trata de uma inovação do ensaio de 1775. No mínimo, desde a sua dissertação de 1755, intitulada *História universal da natureza e teoria geral do céu*, Kant já lançava mão desse recurso.¹⁰ Algo semelhante também é feito no ensaio *Começo conjectural da*

⁶ Ibidem, B 155; Ak II 440. – Na sequência do mesmo trecho, Kant exemplifica o tipo de hipóteses que pretende combater: “[d]izer com Voltaire, ‘Deus criou a rena na Lapônia para consumir o musgo dessa área fria, bem como os Lapões no mesmo lugar para comer essas renas’, não é uma má concepção para um poeta, mas um recurso ruim para o filósofo, que não tem permissão para abandonar a cadeia das causas naturais, como lá, onde ele a enxerga manifestamente ligada à imediata fatalidade” (Ibidem, B 155-156; Ak II 440).

⁷ KANT, *Bestimmung des Begriffs einer Menschenrasse*, 1785, A 415; Ak VIII 104.

⁸ Ibidem, A 410; Ak VIII 102.

⁹ Cf. KANT, *Von den verschiedenen Rassen der Menschen*, 1775, B 157; Ak II 440. – O filósofo deixa claro, após apresentar uma série de explicações para as variações raciais, que tudo isso se trata “apenas de um breve incentivo à investigação em um campo, no qual [ele é] demasiado forasteiro, a fim de com alguma confiança apenas ousar hipóteses” (idem).

¹⁰ Em 1755, Kant pretendia fundamentalmente “desenvolver a constituição da estrutura cósmica, desde o mais simples estado da natureza, tão-somente a partir de leis mecânicas” (KANT, *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*, 1755, A XLIV-XLV; Ak I 234). O único requisito, exigido pelo filósofo, para que o mundo pudesse ser erigido desde o caos, resumia-se na existência de alguma matéria: “[d]ê-me matéria, a partir disso eu construirei um mundo! Quer dizer, dê-me matéria, [então] mostrarei a vocês como um mundo deve surgir disso” (KANT, 1755, A XXXIII; Ak I 229). Kant estava ciente que hipóteses, semelhantes àquelas que ele havia proposto para explicar a constituição da estrutura cósmica, “comumente não gozam de maior consideração do que os sonhos filosóficos” (KANT, 1755, A XLV; Ak I 234). Contudo, ele esperava que não se exigisse uma responsabilidade maior das suas opiniões do que é adequado ao valor atribuído por ele próprio às mesmas, a saber: “não se pode exigir de um ensaio dessa espécie o máximo rigor geométrico e infalibilidade matemática. Se o sistema está fundado

história humana (1786), para ilustrar “a história do primeiro desenvolvimento da liberdade com base nas predisposições originárias próprias à natureza humana”.¹¹

A compreensão do significado do conceito kantiano de raça humana e do seu princípio (isto é, da regra para o uso desse conceito) requer que se tenha presente as circunstâncias e as prováveis ambições do filósofo de Königsberg, envolvidas na composição dos seus ensaios de 1775 e 1785. John Zammito sustenta que, no início dos anos 1770, entrou “em circulação na Alemanha um conjunto de idéias e indagações que Kant [considerou] profundamente perigoso para o ‘rigor’ escolar alemão”.¹² Por isso, o filósofo teria se empenhado, “com crescente veemência, em *policar* esses impulsos transgressivos no discurso público alemão, especialmente na ‘ciência’ alemã, para o resto da sua carreira ‘crítica’”.¹³ Um dos maiores desafios enfrentados por Kant, nessa época, consistiu em encontrar uma forma de frear a metamorfose, pela qual passava todo o campo da filosofia na Alemanha, provocada por correntes da *Popularphilosophie* (*filosofia popular*) que pretendiam executar “uma *revisão da filosofia*, que eliminaria a metafísica em favor da psicologia empírica”.¹⁴

Kant também estava fortemente comprometido, desde o início da década de 1770, a resistir a qualquer impulso ao naturalismo.¹⁵ Para ele, o naturalismo era uma ameaça, porque assumia como princípio que, “por meio da razão comum sem ciência [...], se pode alcançar resultados muito melhores, com respeito às questões mais

em analogias e coincidências, segundo regras da credibilidade e de um correto modo de pensar, então satisfaz a todas as exigências do seu objeto” (KANT, 1755, A XLVIII; Ak I 235).

¹¹ KANT, *Mutmaßlicher Anfang der Menschengeschichte*, 1786, A 1; Ak VIII 109.

¹² ZAMMITO, J. H. “Policing Polygeneticism in Germany, 1775 – (Kames,) Kant, and Blumenbach”. In: EIGEN, Sara; and LARRIMORE, Mark. *The German invention of race*. New York: SUNY, 2006, p. 37. – Zammito acredita que Kant enxergava Herder como o principal culpado disso tudo, embora também tenha se dedicado a combater, no plano europeu, as idéias de Voltaire (1694-1778), David Hume (1711-1776) e Henry Home, também conhecido como Lord Kames (1692-1786), bem como, na Alemanha, Ernst Platner (1744-1818) e Christoph Meiners (1747-1810).

¹³ Idem.

¹⁴ Christoph Meiners e Johann Feder (1740-1821), reconhecidos inimigos de Kant dos anos 1780, eram supostamente os personagens centrais desse empreendimento. De acordo com Zammito, após Meiners ter apresentado (em 1772) uma explícita formulação das implicações dessa revisão (MEINERS, C. *Revision der Philosophie*. Hrsg. von Johann Christian Dieterich. Göttingen und Gotha, 1772), o curso do pensamento de Kant passou a visar “não apenas privadamente a fundação da filosofia crítica, mas também publicamente o policiamento dessa desobediência da filosofia popular” (ZAMMITO, 2006, p. 38).

¹⁵ Cf. ZAMMITO, J. H. *Kant, Herder and the birth of anthropology*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2002, p. 302. – Na verdade, é correto dizer que, ao menos desde 1755, Kant já buscava uma defesa contra o naturalismo (Cf. KANT, 1755, A LV; Ak I 239).

sublimes, que constituem o tema da metafísica, do que pela especulação”.¹⁶ Particularmente, ele estava interessado em combater a naturalização da descrição do homem, que permeava as questões da geração biológica. De acordo com Zammito, nos anos 1770, Kant estava imerso em uma série de textos acerca dessas questões biológicas,¹⁷ e “estava ciente que nesse ponto um naturalismo ainda mais radical era iminente”.¹⁸ Nesse contexto, ele se voltou energicamente contra o discurso poligenista, por entender que o mesmo constituía parte relevante do projeto de naturalização do homem, já que obscurecia as fronteiras entre o homem e o animal.¹⁹

¹⁶ KANT, *Kritik der reinen Vernunft*, 1781, A 855 / B 883. – Segundo Kant, o naturalista julga ser “capaz de decidir questões de metafísica, sem ciência alguma” (KANT, *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*, 1783, A 103; Ak IV 314) e busca “apresentar a natureza como bastando-se a si mesma” (Ibidem, A 185; Ak IV 363). Em outras palavras, a doutrina do naturalismo poderia ser explicada como a redução da totalidade dos fenômenos a fatos do mundo concreto material (o mundo natural), e rejeição de qualquer causa ou princípio transcendente para explicar esses fatos.

¹⁷ Kant provavelmente lia a *História natural, geral e particular (Histoire naturelle, générale et particulière*, 1749-1788) de Georges-Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1707-1788); a *Vênus física (Vénus physique*, 1745) de Pierre-Louis Moreau de Maupertuis (1698-1759); as *Considerações sobre os corpos orgânicos (Considerations sur les corps organisés*, 1762) de Charles Bonnet (1720-1793); e os *Elementos fisiológicos do corpo humano (Elementa physiologiae corporis humani*, 1757-1766) de Albrecht von Haller (1708-1777).

¹⁸ ZAMMITO, 2002, p. 302.

¹⁹ Cf. ZAMMITO, 2006, p. 40. – Nessa época, Kant parece ter encontrado em Pietro Moscati (1739-1824) um aliado contra o naturalismo. De acordo com Zammito, o filósofo se serviu dos resultados alcançados por Moscati como “veículo para enfatizar a delimitação dos seres humanos do resto do reino animal, e para resistir a qualquer impulso ao naturalismo” (ZAMMITO, 2002, p. 302). Mais precisamente, Kant teria considerado extremamente interessante o argumento de Moscati, exposto em sua *Da diferença corpórea fundamental entre a estrutura dos animais e a dos homens* (1771), de “que havia significativos custos biológicos associados à postura ereta do homem”, pois isso confirmaria “a intervenção da razão na ordem natural, manifestando o seu poder e a sua autonomia no caso do homem” (idem). – Cf. KANT, *Rezension zu Peter Moscati: Von dem körperlichen wesentlichen Unterschiede zwischen der Struktur der Tiere und Menschen*, 1771, A 265-266; Ak II 423-425; e também MOSCATI, P. *Delle corporee differenze essenziali che passano fra la struttura de' bruti, e la umana*. Brescia: Giammaria Rizzardi, 1771.

Basicamente, o poligenismo, que tinha Kames²⁰ e Voltaire²¹ como expoentes,²² defendia que o gênero humano não teve uma origem comum e que as raças humanas consistiam em espécies distintas de homens, que se desenvolveram de forma independente. Para os poligenistas, essa teoria era a única explicação científica plausível para as variações raciais de cor da pele, estatura, e forma da cabeça entre os homens. O poligenismo foi visto por Kant como uma ameaça, especialmente para questões metafísico-religiosas, pois, para o filósofo, essa teoria implicava materialismo e ateísmo.²³ Além disso, ela também cometia excessos político-morais inaceitáveis, uma vez que defendia a superioridade da “raça européia” em relação às outras raças.²⁴ Essa conjuntura parece ter motivado o filósofo a assumir a missão de legislar, como cientista da natureza (*Naturforscher*), sobre “a metodologia da ciência e esclarecer os conceitos

²⁰ Kames (Home) acreditava que Deus havia criado diferentes raças de homens, adequando cada uma delas aos diversos climas da Terra. Nos seus *Esboços sobre a história do homem* (1774), ele defende que cada raça teria descendido de um tronco humano distinto (HOME, H. [KAMES, Lord]. *Sketches of the History of Man*. 2 Vols. Edinburgh: W. Creech; London: W. Strahan and T. Cadell, 1774). – Em 1775, mesmo ano da publicação do primeiro ensaio kantiano sobre as raças humanas, já estava disponível uma tradução alemã dos *Esboços* (KAMES, L. *Versuche über die Geschichte des Menschen*. Aus dem Englischen übersetzt von Anton Ernst Klausing, 2 Vols. Leipzig: Johann Friedrich Junius, 1774-1775), o que leva a crer que filósofo de Königsberg estava ciente desse texto na ocasião em que preparava o seu ensaio.

²¹ No seu *Tratado de metafísica* (1734), Voltaire afirmou que “as raças brancas [...] negras [...] e amarelas não descendem do mesmo homem” (VOLTAIRE, “Traité de métaphysique.” In: *Œuvres de Voltaire*. Avec préfaces, avertissements, et notes par M. Beuchot. Tome XXXVII. Mélanges – Tome I. Paris: Lefèvre, 1829, pp. 280-283). – Cf. também o *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* de 1756 (VOLTAIRE. “Essai sur les mœurs et l’esprit des nations”. In: *Œuvres de Voltaire*. Tome XV, 1829).

²² Certamente, podem ser elencados muitos outros representantes da teoria poligenista ao longo do século XVIII. Na Inglaterra, por exemplo, o poligenismo foi defendido pelo historiador Edward Long (1734-1813) e pelo anatomista Charles White (1728-1813) e, na Alemanha, pelo etnologista Georg Forster (1754-1794) e pelo filósofo Christoph Meiners.

²³ ZAMMITO, 2006, 39-40. – Zammito sustenta que Kant teria interpretado o atraente estilo literário dos defensores do poligenismo não apenas como um prenúncio de materialismo e ateísmo, mas também como um sinal de “estetização da ciência (*schöne Wissenschaft*), com letais consequências morais e religiosas” (Ibidem, 40). Em meados do século XVIII, as “belas letras” (que incluíam todas as obras literárias – especialmente, ficção, poesia, drama ou ensaios – avaliadas a partir das qualidades estéticas de originalidade de estilo e tom) recebiam, na língua alemã, a denominação *schöne Wissenschaften* (belas ciências). Na *Lógica Viena*, que se baseou nas preleções de lógica do início da década de 1780, Kant afirma que “não há belas ciências”, visto que “finas artes são artes que ocorrem, não em conformidade com regras lógicas, mas mediante tentativas empíricas” (KANT, *Wiener Logik*, Ak XXIV.2 812). Mais ou menos o mesmo discurso se repete na *Crítica da faculdade do juízo* (1790): “Não há [...] uma bela ciência (*schöne Wissenschaft*). Pois, [...] uma ciência que, como tal, deve ser bela é um contra-senso, porque se nela, como ciência, se perguntasse por razões e provas, ela responder-nos-ia com frases de bom gosto (*bon-mots*)” (KANT, *Kritik der Urteilskraft*, 1790, A 174-175 / B 176-177; Ak V 304-305). Kant provavelmente discordava da concepção de uma “bela ciência”, não apenas porque ela conflitava com a sua concepção de ciência, mas também porque considerava superficiais os resultados dessa “ciência” (já que ela aparentemente concentrava seus esforços na forma da exposição e negligenciava as reflexões mais profundas).

²⁴ Idem, 2002, p. 303.

com os quais ela procede”,²⁵ ou seja, “afirmar princípios metodológicos e esclarecer conceitos operacionais”.²⁶

Nesse sentido, há fortes indícios de que o ensaio kantiano de 1775 tenha sido projetado com a função de apresentar uma teoria científica, que fosse capaz de encerrar as divergências acerca da questão racial.²⁷ Esse ensaio, além de esclarecer o conceito de “raça” (na história da natureza), buscava classificar as variedades humanas e oferecer uma hipótese para a origem causal da variação racial.²⁸ Ele inicia com uma forte distinção entre a divisão natural e a divisão escolar dos animais, afirmando que essa última, porque divide por semelhança, é meramente capaz de proporcionar um sistema para a memória (já que visa tão-somente intitular as criaturas), ao passo que a primeira, em razão de dividir por parentescos (com vistas à procriação), é apta a fornecer um sistema para o entendimento e submeter todas as criaturas a leis.²⁹ A explícita preferência pela classificação natural dos animais evidencia o propósito de Kant de defender Buffon contra Linné³⁰ e, fundamentalmente, o monogenismo contra o poligenismo. Na sequência do ensaio, o filósofo se serve da definição buffoniana de gêneros e espécies naturais, para definir “raça” como uma “degeneração” ocorrida no

²⁵ Idem, 2006, p. 40.

²⁶ Ibidem, p. 41.

²⁷ É importante destacar que o ensaio de 1775 foi, inicialmente, concebido como um anúncio do curso de *geografia física*, que Kant ofereceria no semestre de verão daquele ano, na Universidade de Königsberg. Esse curso se apresentava como um “exercício preliminar (*Vorübung*) no conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*)” e almejava prover os estudantes de orientações pragmáticas, para o uso dos conhecimentos e habilidades outrora adquiridos, “úteis não apenas para a escola, mas também para a vida” (KANT, 1775, A 12; AK II 443). Em outras palavras, esse curso pretendia fornecer um sumário cosmológico provisório, que deveria introduzir os estudantes no duplo campo do mundo (natureza e homem), “a fim de nele poder ordenar todas as experiências futuras segundo regras” (*idem*). A abordagem cosmológica, que o curso se prestava a oferecer, não se dirigia aos objetos do mundo, “nos seus singulares pormenores [...], mas [...] na sua relação ao todo, ao qual eles pertencem e no qual cada um ocupa seu lugar próprio” (*idem*). Na edição de 1777 desse mesmo ensaio, a intenção do filósofo parece ter como alvo um público mais amplo do que aquele dos estudantes (da primeira edição). De acordo com Zammito, Kant teria se esforçado em incluir uma versão revisada e ampliada desse ensaio no segundo volume da coletânea *Der Philosoph für die Welt* (que era uma publicação extremamente bem sucedida no âmbito da *Popularphilosophie*), editada por Engel, a fim de “posicionar a si mesmo no espaço público do movimento [da filosofia popular] e rivalizar com outros nesse movimento, cujos excessos ele depreciava (ainda que, no momento, de forma discreta)” (ZAMMITO, 2006, p. 40).

²⁸ Cf. ZAMMITO, 2006, pp. 40-41.

²⁹ KANT, 1775, A 2 / B 126; Ak II 429.

³⁰ No seu *Sistema da natureza* (*Systema naturae*, 1735), Carl von Linné (1707-1778), considerado o “pai da taxonomia moderna”, concebeu a ideia da divisão da Natureza em três reinos (animal, vegetal e mineral) e a denominação binominal (nomenclatura binária), como forma de classificar hierarquicamente os organismos vivos. Nesse sistema idealizado por Linné, os animais, por exemplo, foram classificados simplesmente pela sua aparência externa.

interior de um único e mesmo gênero.³¹ E, acrescenta a essa definição dois critérios decisivos para que derivações (diferenças hereditárias dos animais que pertencem a um mesmo tronco) possam se denominar raças, a saber: a) que essas diferenças se mantenham “em si constantes em todos os transplantes (transferências para outras regiões) em longas procriações”; e b) que sempre gerem “crias híbridas no cruzamento com outras derivações do mesmo tronco”.³² É possível que esse último critério racial tenha “inspirado Kant a acreditar que ele tinha um princípio claro [...] para caracterizar as ‘raças’”,³³ e para defender o monogenismo.

Em 1775, Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), um jovem cientista da natureza, apresentou uma dissertação sobre um tema muito similar ao do ensaio de Kant. Nessa dissertação, intitulada *Sobre as variedades naturais do gênero humano* e baseada em sólida pesquisa empírica, ele também se opôs explicitamente ao poligenismo, sustentando a unidade do gênero humano (afirmando que as diferenças entre os homens dão a conhecer variedades, mas não espécies distintas de homens), e defendendo a diferenciação entre homens e animais.³⁴ O fato de Kant e Blumenbach

³¹ Segundo Kant, “[u]m gênero animal que tem simultaneamente um tronco comum não tem espécies diferentes (pois estas representam justamente as diferenças da descendência); mas sim, variações entre si que se chamam derivações, caso sejam hereditárias. Os sinais hereditários da descendência, se estão de acordo com a sua origem, chamam-se transmissões; mas, caso a derivação não possa mais produzir a formação original do tronco, ela se chamaria degeneração” (ibidem, A 3 / B 127-128; Ak II 430).

³² Ibidem, A 3 / B 128; Ak II 430.

³³ Cf. ADICKES, E. *Kant als Naturforscher* apud ZAMMITO, 2006, p. 42. – De acordo com Zammito, “vinte anos mais tarde [...] Christoph Girtanner louvou Kant por codificado essa ‘lei natural’ da hibridação” (ZAMMITO, 2006, 42). Christoph G. Girtanner (1760–1800), médico e químico suíço, escreveu, em 1796, uma obra intitulada *Sobre o princípio kantiano para a história da natureza*. Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), Kant afirma, com respeito ao caráter da raça, poder se “remeter ao que o Conselheiro Girtanner expôs, com beleza e fundamento, como explicação e ampliação em sua obra (conforme [seus] princípios)” (KANT, *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*, 1798, A 313 / B 311; Ak VII 320). – Cf. também GIRTANNER, C. *Über das kantische Prinzip für die Naturgeschichte*. Göttingen, 1796.

³⁴ BLUMENBACH, J. F. “De generis humani varietate nativa (1775)”. In: *The anthropological treatises of Johann Friedrich Blumenbach*. Translated and edited by Thomas Bendyshe. London: Longman and Green, 1865, pp. 69-143. – No que diz respeito à distinção entre o homem e os outros animais, Blumenbach (tal qual Buffon e Kant) acreditava que a diferença essencial não estava na “estrutura corpórea”, mas nos “dotes da mente”, mais precisamente, na razão (ibidem, pp. 81-82). Em virtude disso, continua ele, “exclusivamente o homem deve ser julgado ter o poder da fala, ou a voz da razão, e as bestas apenas a linguagem das afecções” (ibidem, 83). Assim, embora o orangotango seja semelhante ao homem na estrutura, ele se difere do homem na medida em que é “destituído da fala” (idem). Mas, apesar de pautar nos dotes mentais a distinção fundamental do homem em relação aos outros animais (em especial os símios), Blumenbach também estava convencido de que algumas distinções não-mentais poderiam ser elencadas, como, por exemplo, a postura ereta (ibidem, p. 84). Essa característica, vale lembrar, já havia sido destacada por Moscati (e imediatamente saudada por Kant). Segundo Zammito, “uma diferença crucial entre Blumenbach e Kant é que o primeiro estava interessado em (e, na

terem compartilhado, na mesma época, dos mesmos objetivos, relativamente à questão da variedade humana, levanta a suspeita de que houve alguma interação entre eles, e que o trabalho de um deles foi influenciado pelo do outro. Até onde se sabe, no entanto, não há qualquer indício de que, em 1775, um soubesse do trabalho do outro.³⁵ Mas, ainda que a gênese da dissertação de Blumenbach não tenha qualquer conexão direta com Kant (e vice-versa), é possível que ela tenha sido motivada pela mesma razão do ensaio de Kant, qual seja, a objeção à teoria racial de Christoph Meiners.³⁶ De acordo com Zammito, o conflito de Kant com Meiners não se referia propriamente à questão racial. Para ele, o ensaio kantiano sobre as raças era, na verdade, “um gesto preliminar na enorme campanha da ‘filosofia crítica’ contra a filosofia popular”. No caso de Blumenbach, por outro lado, “pode muito bem ter sido um caso de um antropólogo cientista opondo-se a um perigoso e mal-informado ideólogo”.³⁷ A questão que parece ter particularmente incomodado Blumenbach era o tratamento “racista” e desigual dispensado aos negros, e a implícita defesa da escravidão dos mesmos, por parte de Meiners e Samuel Thomas Soemmerring (1755-1830).³⁸

Embora Kant e Blumenbach tenham reagido à teoria racial de Meiners com posições semelhantes (ainda que com intenções distintas), é apenas no tratamento de uma questão mais fundamental, a saber, na explicação do *processo de geração* (procriação), que a relação entre eles se mostra realmente importante. Na sua dissertação, Blumenbach explicitamente se propôs a responder a essa questão, que ele

verdade, levou a cabo) sistemáticas dissecações anatômicas de vários ‘animais que são mais parecidos com o homem’, a fim de investigar empiricamente que relações morfológicas prevalecem entre eles” (ZAMMITO, 2006, p. 46).

³⁵ ZAMMITO, 2006, p. 43. – Zammito sustenta que “Blumenbach e Kant viriam a ter uma interação muito importante nos anos 1790, [...]. Mas, Blumenbach apenas tomou conhecimento de Kant através da leitura do ensaio de 1777 e só se interessou por Kant em consequência da controvérsia do filósofo com J. G. Herder e Georg Forster, no final dos anos 1780. Ele contactou Kant, pela primeira vez, em 1790, enviando uma cópia da segunda edição do seu *Sobre o impulso formativo* [*Über den Bildungstrieb*, 1790], presumivelmente, em resposta à menção favorável de Kant do seu trabalho no contexto da disputa com Forster. Kant respondeu com uma carta cordial e algumas referências adicionais a Blumenbach em sua obra publicada [...]” (*idem*). Além disso, Zammito acrescenta que “o Kant ‘crítico’ teve uma grande influência sobre Blumenbach, mas parece duvidoso que o Kant pré-crítico tivesse tido um tal impacto” (ZAMMITO, 2002, p. 304).

³⁶ Cf. ZAMMITO, 2006, p. 45.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*. – Cf. SOEMMERRING, S. T. *Über die körperliche Verschiedenheit des Mohren vom Europär*. Mainz, 1784; MEINERS, C. *Grundriß der Geschichte der Menschheit*. Lemgo, 1785; e SADJI, U. *Der Negermythos am Ende des 18. Jahrhunderts in Deutschland*. Frankfurt/Bern/Las Vegas: Peter Lang, 1979, pp. 222-227.

resumiu da seguinte forma: “o que é aquilo que muda o curso da geração, e ora produz uma prole pior ora uma melhor, em todo o caso bastante diferente dos seus progenitores originais”?³⁹ As causas normalmente elencadas, pela literatura especializada, para explicar o fenômeno da variação animal, eram o clima, a alimentação, e o modo de vida e de criação.⁴⁰ O problema em se admitir esses fatores ambientais, como causas diretas de modificações na natureza genética dos animais, é que isso exigia o reconhecimento de que não há espécies fixas, e qualquer alteração ambiental poderia originar novas espécies (multiplicando-as indefinidamente). Uma solução aparentemente melhor, para a questão da geração, era oferecida pela *teoria da pré-formação* (ou pré-formismo), que acentuava a dimensão genética do desenvolvimento embrionário e refutava (ou, ao menos, diminuía) a importância dos fatores ambientais.⁴¹ Na versão defendida por Haller e Bonnet, que era um pouco distinta das anteriores, a teoria afirmava que “os germes (*Keime*) para todos os organismos estavam pré-formados, mas [...] tinham no interior deles a capacidade de *desenvolvimento* e mesmo [...] de *adaptação*”.⁴² Assim, os mencionados fatores ambientais, ainda que não mais fossem considerados causas diretas das variações, permaneciam relevantes na teoria de Haller. Há indícios de que tanto Blumenbach quanto Kant estariam, em 1775, comprometidos com essa teoria.⁴³ Mas, o compromisso do primeiro com o pré-formismo de Haller não durou muito (e, supostamente, o de Kant também não).

³⁹ BLUMENBACH, 1865, p. 71.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 71-73. – Blumenbach não menciona a alimentação.

⁴¹ A teoria da pré-formação remonta à Antiguidade Clássica (dentre os primeiros defensores dessa teoria estão, por exemplo, Demócrito e Anaxágoras) e, depois de ter sido preterida por um longo período em favor da *teoria da epigênese*, voltou a ganhar espaço a partir do século XVII. Basicamente, ela afirmava que a forma dos seres vivos precede o seu desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento embrionário nada mais seria do que o crescimento de um organismo que estava pré-formado, ou seja, tratar-se-ia apenas da ampliação das características do homúnculo (gameta masculino, que tinha dentro de si o indivíduo humano em miniatura) ou do animáculo. Uma imagem que parece ilustrar satisfatoriamente essa teoria é a boneca russa *Matrioshka* (constituída por uma série de bonecas, que são colocadas uma dentro das outras), uma vez que se acreditava que todos os seres vivos procediam de germes preexistentes e estes, por seu turno, encerravam os germes de todos os futuros seres vivos, incluídos um dentro do outro.

⁴² ZAMMITO, 2002, pp. 304-305. – Zammito defende que a teoria da pré-formação de Haller e Bonnet era muito mais sólida do que as versões anteriores (*ibidem*, 305), provavelmente, por pressupor a capacidade dos germes se adaptarem ao meio ambiente, o que as teorias anteriores não consideravam.

⁴³ Blumenbach afirma, na sua dissertação, não pretender escrever “a história universal da geração depois dos famosos trabalhos do grande Haller” (BLUMENBACH, 1865, p. 69). Kant também dá a entender que assume a teoria da pré-formação ao dizer, no seu ensaio de 1775, que “[o] acaso ou leis mecânicas gerais não podem produzir tais combinações. Por isso, nós temos de considerar esses desenvolvimentos ocasionais como pré-formados (*vorgebildet*)” (KANT, 1775, A 7 / B 141; Ak II 435).

Na sua dissertação, a fim de pôr a prova o princípio da fertilidade – tomado por Buffon como um critério necessário e suficiente para a diferenciação das espécies animais –, Blumenbach dirigiu-se à questão da fertilidade dos híbridos, isto é, à “conjunção de animais de diferentes espécies”.⁴⁴ Apesar de concordar com Buffon que a efetiva geração de espécies intermediárias era improvável (ainda que houvesse casos supostamente contrários a essa perspectiva),⁴⁵ o vínculo que mantinha com a teoria de Haller e “a dificuldade de lidar com os relatos dos híbridos de espécies muito diferentes uma da outra”⁴⁶ parecem tê-lo levado a recusar o mencionado princípio buffoniano. A questão dos híbridos, no entanto, teve um importante efeito sobre o seu compromisso para com a teoria da pré-formação,⁴⁷ já que criava uma incontornável dificuldade para essa teoria, qual seja, explicar a produção de variedades híbridas férteis (como, por exemplo, os mulatos). Essa dificuldade, somada ao fato de certos experimentos⁴⁸ terem refutado o esquema pré-formista de geração (o qual assumia que todo o organismo estava pré-formado ou no esperma ou no óvulo,⁴⁹ e apenas tinha de se desenvolver e

⁴⁴ BLUMENBACH, 1865, p. 73.

⁴⁵ Blumenbach declara que “há vários testemunhos da fertilidade de mulas”. Além disso, acrescenta que “não há qualquer razão para duvidar que híbridos nasceram da união da raposa e do cachorro, e que esses também eram capazes de geração, [...]” (ibidem, p. 73). Mas, por outro lado, também afirma que “[o] número de híbridos inférteis é tão abundante que chega a ser cansativo contar” (ibidem, 74).

⁴⁶ Ibidem, p. 80.

⁴⁷ No seu *Manual de história natural* (1779), embora ainda afirmasse que a teoria de Haller era “mais do que meramente provável”, Blumenbach já não parecia tão convicto em relação a essa teoria quanto outrora, ao dizer que: “[n]a nossa opinião, [...] a contribuição do sêmen masculino à constituição [*Bildung*] do embrião é provavelmente maior do que ele [Haller] tem expressamente admitido. A produção de bastardos, [...], mas especialmente os exemplos de tantas espécies de animais nos quais ambos os sexos exibem uma forma completamente diferente, parecem reforçar nossa suspeita” (BLUMENBACH, *Handbuch der Naturgeschichte*. Göttingen: Dietrich, 1779, p. 20). Mas, poucos meses depois, em 1780, o seu artigo *Sobre o impulso formativo (Nisus formativus) e sua influência sobre a geração e a reprodução* ele já anunciava uma nova teoria epigenética (Cf. BLUMENBACH, “Über den Bildungstrieb [*Nisus formativus*] und seinen Einfluß auf die Generation und Reproduction”. *Göttingisches Magazin der Wissenschaften und Litteratur*, 1780, pp. 247-266). Esse artigo foi seguido por um tratado completo, intitulado *Sobre o impulso formativo e os processos de procriação* (1781).

⁴⁸ De acordo com Timothy Lenoir, os experimentos de Joseph Gottlieb Kölreuter (1733-1806) refutaram o esquema pré-formista: “Kölreuter não apenas tinha produzido descendentes híbridos férteis pelo cruzamento da *nicotina rustica* com a *nicotina paniculata*; mais importante do que isso, ele tinha tido sucesso em reverter os descendentes híbridos para a forma paterna (*paniculata*) após várias gerações”. Quer dizer, isso “contradiu a teoria pré-formista de Haller, a qual defendia que a contribuição paterna à forma [dos descendentes] era desprezível” (LENOIR, T. “Kant, Blumenbach, and vital materialism in german biology”. *Isis*, 71, n. 256, 1980, p. 82). – Cf. também BLUMENBACH, *Über den Bildungstrieb und das Zeugungsgeschäfte*. Göttingen: Dietrich, 1781, p. 61.

⁴⁹ Blumenbach, em 1775, estava ligado à vertente “ovulista” do pré-formismo. Na sua dissertação, lê-se: “[...] está provado, por demonstração direta, que o embrião está contido no óvulo

crescer), explica o porquê de Blumenbach ter abandonado essa teoria e a noção de “germe”,⁵⁰ em favor da *epigênese* e da noção de “impulso formativo”.

A *teoria da epigênese*⁵¹ parecia se mostrar especialmente vantajosa para explicar o mecanismo de adaptação das variedades animais às diferentes condições ambientais. Isto porque, diferente da pré-formação, que atribuía a capacidade de adaptação ao plasma germinativo original, a epigênese descrevia essa capacidade como uma força imanente das partículas que formam o embrião. Nesse contexto, a epigênese se apresentava, segundo Zammito, como “o esforço científico para discernir, descrever, e explicar a *capacidade imanente* (‘força’) de a natureza transformar a si mesma, construir patamares mais altos de ordem – [...], e, portanto, preservar a idéia de que, ao menos *empiricamente*, é possível conceber a natureza como legalmente coerente”.⁵² A versão da *teoria epigenética* assumida⁵³ por Blumenbach não era aquela de Buffon, mas sim a de Caspar Friedrich Wolff (1734-1793).⁵⁴ O diferencial da teoria de Wolff, em

materno, e que a fêmea fornece a verdadeira força do futuro feto. Aquele germe primitivo estaria sepultado, por assim dizer, em eterno estado de inatividade, se não fosse despertado pelo acesso e estímulo da semente fertilizante do macho, [...]” (BLUMENBACH, 1865, p. 70). Mais adiante, também afirma que “a maior parte da forma nos animais é derivada da mãe, e muito pouco do pai” (ibidem, 80).

⁵⁰ No seu artigo de 1780 (bem como no tratado de 1781, reeditado várias vezes), Blumenbach descreve uma experiência que realizou com *pólipos* (um tipo de celenterado sedentário, cuja boca é circundada por tentáculos), na qual teria observado que, quando os tentáculos desses animais eram amputados, os órgãos perdidos se regeneravam em dois ou três dias, mas menores do que antes; o que o teria convencido de que não existiam germes pré-formados, mas sim um tipo especial de impulso (*Trieb*) inato, responsável por preservar a forma original do animal (Cf. BLUMENBACH, 1780, pp. 247-251; e *Über den Bildungstrieb und das Zeugungsgeschäfte*, 1791, pp. 28-32).

⁵¹ A epigênese, tal qual a teoria da pré-formação, tem sua origem na Grécia Antiga (Aristóteles foi um dos seus principais representantes), prevaleceu até o século XVII, quando o pré-formismo voltou a conquistar adeptos, e perdurou durante todo o século XVIII. Em linhas gerais, ela defendia que, no processo de formação do embrião, novas estruturas formar-se-iam progressivamente a partir de pequenas partículas (que teriam o poder de guiar ou organizar o desenvolvimento das partes do corpo), e que esse desenvolvimento não dependia exclusivamente de fatores genéticos, mas também era influenciado por fatores ambientais. Desta forma, negava que o embrião estivesse pré-formado (isto é, em miniatura ou em forma latente) no gameta (óvulo ou espermatozóide), necessitando apenas desenvolver-se e crescer.

⁵² ZAMMITO, 2002, p. 306.

⁵³ De acordo com Lenoir, apesar de Blumenbach ter assumido a teoria epigenética, ele não pretendia abandonar algumas características do pré-formismo, que ele considerava desejáveis, quais sejam: a) “a noção de que [a] organização não podia ser considerada em termos de causas físico-mecânicas, mas tinha de ser tratada como original”; e b) “evitar os problemas encontrados por outros epigenistas, tais como Buffon, em defender uma transformação ou degeneração das espécies” (LENOIR, 1980, pp. 82-83).

⁵⁴ Cf. WOLFF, C. F. *Theoria Generationis*. Halle, 1759; e *Theorie von der Generation, in zwei Abhandlungen erklärt und bewiesen*. Berlin, 1764. – De acordo com Zammito, no final do século XVIII, “uma teoria muito mais radical de epigênese reclamava aceitação” (ZAMMITO, 2002, p. 305), e tinha a sua fonte em Wolff. Wolff teria argumentado que “seus detalhados experimentos em microscopia embriológica não apenas fracassaram em revelar qualquer das estruturas que uma aproximação pré-formista [postulava] ter de estar presentes, mas também, e mais positivamente, provavam uma formação

relação à de Buffon, é a sua proposta de uma *força vital* (*vis essentialis*), que guiaria o desenvolvimento dos descendentes, durante o período de crescimento do embrião, a partir de certa porção de matéria “codificada” no interior do óvulo.⁵⁵ Essa idéia influenciou⁵⁶ Blumenbach não só a admitir que a matéria orgânica (tanto em plantas quanto em animais) teria uma tendência interna para formar, gerar (reproduzir) e regenerar o organismo e seus órgãos, mas também a conceber a noção de “impulso formativo” (*Bildungstrieb*).⁵⁷

De acordo com Lenoir, Blumenbach concebia o *impulso formativo* como um agente teleológico responsável pela estrutura orgânica dos corpos, isto é, como uma espécie orgânica de força newtoniana.⁵⁸ Não como uma força mecânica cega, nem como uma força química de “fermentação” ou, muito menos, como um tipo de força espiritual sobreposta à matéria,⁵⁹ mas sim como uma força vital (*Lebenskraft*).⁶⁰ Lenoir destaca duas importantes implicações dessa noção de *impulso formativo* (*Bildungstrieb*), proposta por Blumenbach: a) a “conceituação do *Bildungstrieb* como um agente teleológico, subordinado à organização prévia e proposital das suas partes, possibilitou a [ele] evitar o problema da transformação das espécies”;⁶¹ e b) a definição geral do *impulso formativo*, por estar “explicitamente comprometida com a noção de adaptação funcional” e enfatizar “a *receptividade* do organismo a estímulos externos”,

ativa e contínua de tecido orgânico a partir de materiais inorgânicos, em um processo seqüencial de secreção e solidificação” (idem).

⁵⁵ Cf. WOLFF, 1759, pp. 2, 51-52, 81, 84, 89, 93-95, 117-118, 173, 178, e 226; e WOLFF, 1764, pp. 136-139.

⁵⁶ Cf. BLUMENBACH, 1780, p. 251.

⁵⁷ BLUMENBACH, *Über den Bildungstrieb und das Zeugungsgeschäfte*, 1791, pp. 31-32.

⁵⁸ LENOIR, 1980, p. 83.

⁵⁹ BLUMENBACH, 1781, p. 14.

⁶⁰ No seu *Manual*, Blumenbach definiu essa força da seguinte forma: “o termo *Bildungstrieb* exatamente como todas as outras *forças vitais* [tais como sensibilidade e irritabilidade] nada explica por si mesmo, antes ele pretende designar uma força particular (que une em si a mecânica com a de modificar-se em conformidade a fins), cujo efeito constante pode ser reconhecido pelos fenômenos da experiência, mas cuja causa, da mesma forma como as causas de todas as outras forças naturais universalmente reconhecidas, permanece uma qualidade oculta para nós. Entretanto, isso não nos impede [...] de tentar investigar os efeitos dessa força mediante observações empíricas e colocá-las sob leis gerais” (BLUMENBACH, 1830 [1779], pp. 16-17).

⁶¹ LENOIR, 1980, p. 85. – Mais precisamente, “por permitir hibridação apenas em casos de espécies estreitamente aparentadas, com organismos quase idênticos, Blumenbach evitou a multiplicação das espécies enquanto provia um mecanismo para compreender casos conhecidos de hibridação” (idem).

“[habilitava-se] a operar como um conceito explicativo da história natural”.⁶² Para Lenoir, o objetivo de Blumenbach era (à semelhança de Buffon) construir um sistema natural de classificação, baseado, todavia, em um critério morfológico, diferente daquele buffoniano da fertilidade.⁶³

A noção de *Bildungstrieb* (impulso formativo) parece ser de fundamental importância para a compreensão da concepção kantiana de epigênese e, por consequência, do seu conceito de raças ou variedades humanas. Particularmente, porque Kant manteve a noção de “germe” (*Keime*) como parte central da sua teoria epigenética, apesar da refutação de Blumenbach. Supostamente, o fato de o conceito kantiano de raça (tanto no ensaio de 1785 quanto, posteriormente, no de 1788) ter sido afirmado em termos de germes revelaria uma incompetência científica do filósofo, já que ele não teria percebido⁶⁴ o prejuízo que o *Bildungstrieb* provocava a sua concepção, e também revelaria que a sua descrição das variedades raciais se baseava em uma ciência obsoleta (uma vez que ela se baseava tão-somente na cor da pele). Mas, Robert Bernasconi rejeita veementemente essa visão e sugere que o conceito kantiano de germe (que era um conceito próprio do pré-formismo) sofreu uma alteração, entre 1775 e 1788, aproximando-se da noção de *Bildungstrieb*. Para tanto, ele recorre à obra *Sobre o princípio kantiano para a história da natureza* de Girtanner.⁶⁵ Nessa obra, segundo Bernasconi, Girtanner “tentou demonstrar que as descrições de raça de Kant e Blumenbach eram totalmente compatíveis”,⁶⁶ e a confirmação do seu sucesso está suficientemente manifesta no endosso que ambos os protagonistas deram ao seu texto.⁶⁷

⁶² Idem. – Lenoir acrescenta que “havia rigorosos limites postos nesse poder adaptativo pela organização original da *Bildungstrieb*” (idem).

⁶³ Quer dizer, Blumenbach “não sentia que o critério da procriação [fértil] era uma condição suficiente para distinguir espécies”. Por isso, ele “sempre insistiu que se duas espécies são realmente distintas, elas terão morfologias diferentes” (ibidem, p. 86).

⁶⁴ Kant não só não teria percebido o prejuízo que a noção de “impulso formativo” provocava a sua concepção racial, como se referiu com entusiasmo a essa noção em 1788. Ao comentar a idéia de parentesco de todos os seres orgânicos, Kant afirmou: “[s]obre esta idéia, que se tornou muito aceita, especialmente através de Bonnet, vale a pena ler a Memória do senhor Prof. Blumenbach (*Handbuch der Naturgeschichte*, 1779. Vorrede § 7). Este homem de espírito perspicaz também atribui o *impulso formativo*, mediante o qual ele lançou tanta luz sobre a doutrina da procriação, não da matéria inorgânica, mas apenas dos membros dos seres orgânicos” (KANT, *Über den Gebrauch teleologischer Principien in der Philosophie*, 1788, A 128; Ak VIII 179).

⁶⁵ GIRTANNER, Obra citada. – Confirma nota de rodapé nº 33 do presente ensaio.

⁶⁶ BERNASCONI, R. “Kant and Blumenbach’s Polyps: a neglected chapter in the history of the concept of race”. In: EIGEN; LARRIMORE, 2006, p. 74.

⁶⁷ O endosso de Kant ao texto de Girtanner é explícito na *Antropologia* (KANT, 1798, A 313 / B 311; Ak VII 320). De acordo com Bernasconi, “é inconcebível que Kant tivesse escrito isso se ele

Bernasconi aventa a possibilidade de que “o argumento de Blumenbach contra o pré-formismo não funciona contra a descrição kantiana de *Keime*, como ele propôs em 1775, e [...] nos seus ensaios subsequentes [...] de 1777, 1785, e 1788”, porque, “em 1775 era apenas Blumenbach, e não Kant, quem propunha uma descrição pré-formista da diversidade humana”.⁶⁸ Em outras palavras, Kant nunca teria chegado a assumir uma teoria pré-formista, para explicar a diversidade humana, pois já em 1775 ele apresentava a existência de “mulatos” como indícios da unidade da raça humana contra o poligenismo.⁶⁹ Neste sentido, Bernasconi acredita que, “quando Blumenbach disse que a existência de mulatos contrariava todos os conceitos de *Keime* (germes) pré-formados, ou ele não conhecia o texto ‘Das diferentes raças humanas’ de Kant ou ele não pensava o recurso de Kant aos *Keime* (germes) nesses termos”.⁷⁰

O ensaio kantiano de 1785 inicia destacando a importância de se ter conceitos bem determinados para se investigar empiricamente a natureza, pois, do contrário, o investigador não apenas ignora o que deve procurar na experiência, como também não sabe o que encontra. Tendo em vista a popularidade e as divergências que envolviam o tema das diferentes raças humanas, o ensaio se propôs a “determinar precisamente esse conceito de uma *raça*”.⁷¹ Para tanto, pretendia apresentar e fundamentar o princípio sobre o qual se baseia a divisão dos homens em classes do mesmo gênero. Esse princípio, porque tinha de descrever algo hereditário (a fim de justificar uma diferença de classe no mesmo gênero), foi associado à cor da pele (atribuída pela natureza no nascimento, e não meramente impressa pelo sol e o ar). Em vista desse princípio, Kant entendeu ser possível admitir quatro diferentes classes de homens, a saber, a “dos brancos, dos indianos *amarelos*, dos *negros* e dos americanos de pele *vermelho-*

suspeitava que Girtanner compreendeu totalmente errado a relação da sua descrição com a *Bildungstrieb* de Blumenbach”. Além disso, Bernasconi acrescenta que “Blumenbach citou o livro de Girtanner de forma aprobatória na edição de 1807 do seu *Handbuch der Naturgeschichte* [p. 25]” (BERNASCONI, 2006, p. 75).

⁶⁸ Ibidem, p. 77.

⁶⁹ Em 1785, Kant também afirmava que, em misturas heterogêneas, a “assimilação [do caráter das classes] sempre é bilateral, e jamais meramente unilateral, em um único e mesmo filho” (KANT, 1785, A 398; Ak VIII 95). Esta é uma afirmação totalmente incompatível com a teoria da pré- formação, na versão assumida por Blumenbach em 1775.

⁷⁰ BERNASCONI, 2006, p. 77.

⁷¹ KANT, 1785, A 390; Ak VIII 91.

cobre".⁷² Duas razões foram elencadas, por ele, para sustentar que a cor da pele era um caráter hereditário perfeitamente ajustado à divisão do gênero humano em classes: o isolamento de cada uma dessas classes em relação às restantes, e o fato de que "a pele [...] carrega em si mesma o traço [da] diversidade do caráter natural".⁷³ Diante dessas razões, a diferença hereditária da cor da pele poderia, na visão do filósofo, ser admitida como princípio de classificação, "até que se [encontrasse] posteriormente oportunidade para sua confirmação".⁷⁴

A fim de defender esse princípio (regra) de classificação, Kant buscou mostrar que a cor da pele é a única propriedade característica necessariamente hereditária em todas as classes do gênero humano. Segundo ele, em todas as classes, "há muitas qualidades hereditárias, que não pertencem ao caráter da espécie, pelas quais se diferenciam famílias e mesmo povos uns dos outros; porém, nem mesmo uma única delas é *infalivelmente* assimilada".⁷⁵ Quer dizer, para que uma qualidade ou peculiaridade seja tomada como regra para a divisão dos homens em classes, não basta que ela seja hereditariamente transmissível (o que é o caso de certos males hereditários como, por exemplo, a demência), é necessário ainda que essa transmissão na procriação seja "infalível nisso em que ambos os pais são diferentes".⁷⁶ Para o filósofo, apenas a cor da pele se enquadrava nesse requisito, pois, em misturas heterogêneas entre membros de classes distintas, ela era o único caráter infalivelmente assimilado. O que seria atestado pelo fato de "sempre [...] resultar uma linhagem intermediária ou um bastardo"⁷⁷ – como, por exemplo, aquela dos mulatos – de procriações mistas (nas quais cada genitor imprime no filho o caráter da sua classe).

⁷² KANT, 1785, A 394; Ak VIII 93. – É interessante notar que, em 1785, diferente de 1775, o filósofo não afirma que essas quatro são as únicas raças ou classes humanas, mas sim que são as únicas que "conhecemos com certeza" (idem), ou ainda, que "aquele número se deixa comprovar, mas fora ele nenhum outro se deixa distinguir com certeza" (ibidem, A 395; Ak VIII 94). Cf. também A 408; Ak VIII 100-101.

⁷³ Ibidem, A 395; Ak VIII 93. – Mais precisamente, Kant afirma que "a *segunda* razão [...] é que a secreção pela transpiração tem de ser a parte mais importante da prevenção da natureza, pressupondo que a criatura – transplantada nas mais diversas regiões da terra, onde é afetada muito diversamente pelo ar e pelo sol – deve perdurar de um modo que necessite o mínimo de arte, e que a pele, considerada como órgão daquela secreção, carrega em si mesma o traço dessa diversidade do caráter natural, [...]" (ibidem, A 394-395; Ak VIII 93).

⁷⁴ Ibidem, A 395; Ak VIII 93.

⁷⁵ Ibidem, A 395-396; Ak VIII 94.

⁷⁶ Ibidem, A 396; Ak VIII 94.

⁷⁷ Ibidem, A 398; Ak VIII 95.

Kant acreditava poder inferir dos fenômenos associados à cor da pele uma lei natural, que descrevesse o caráter *necessário* da procriação híbrida. Em outras palavras, partindo do fato de que a cor da pele é o único caráter “universalmente e *infallivelmente* assimilado, tanto no interior [de uma] classe quanto na mistura da mesma com uma das três restantes”,⁷⁸ ele pensava poder conjecturar “algo sobre as causas da assimilação de tais propriedades, que não pertencem essencialmente ao gênero, meramente a partir da circunstância em que elas são infalíveis”.⁷⁹ Neste sentido, ciente das dificuldades inerentes à tarefa de “identificar *a priori* o que colabora para que algo, que não pertence à essência do gênero, possa ser *herdado*”,⁸⁰ e da ilimitada liberdade das hipóteses em tais casos, o filósofo se concentrou primeiramente em identificar a “*máxima da razão*, da qual cada um parte e, segundo a qual, geralmente também sabe encontrar fatos que favoreçam aquelas [hipóteses]”,⁸¹ para, em seguida, procurar a sua própria máxima. A importância de semelhante máxima é significativa, pois, para Kant, era ela, e não os fatos, quem dava credibilidade às hipóteses ou fundamentos de explicação. Supondo ter uma máxima que seja “precisamente adequada ao uso da razão na ciência da natureza e [...] apta ao modo de pensar conseqüente”,⁸² o filósofo julgava que poderia segui-la, sem levar em consideração “supostos fatos, que tomam emprestado sua credibilidade e suficiência, para a hipótese assumida, quase exclusivamente [de uma] máxima oportunamente selecionada”.⁸³ Se esse fosse o caso, também seria possível rejeitar uma série de hipóteses, formuladas para explicar a hereditariedade de certos caracteres, que, embora baseadas na correta máxima da economia de princípios,⁸⁴ para ele, não passavam de mera fantasia.⁸⁵ Kant estava certo de ter encontrado uma tal máxima. Essa máxima, “que [limitava] aquela da economia de princípios dispensáveis”, declarava

⁷⁸ Ibidem, A 399; Ak VIII 95-96.

⁷⁹ Ibidem, A 399; Ak VIII 96.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

⁸³ Ibidem, A 400; Ak VIII 96.

⁸⁴ Kant entende que, amparados pela máxima (inteiramente correta da razão) da economia de princípios dispensáveis, cuja proposição fundamental afirma que os “*princípios não devem ser multiplicados para além da necessidade*” (idem), vários investigadores da natureza julgaram ser “melhor arriscar tudo em conjecturas baseadas em dados fenômenos, do que admitir [...] primitivas forças particulares da natureza ou predisposições inatas” (idem).

⁸⁵ Como, por exemplo, “a hereditariedade através da ação da faculdade da imaginação em mulheres grávidas, ou [...] o corte da ponta dos rabos em cavalos ingleses, pelo qual a natureza é pouco a pouco forçada a suprimir de suas procriações um produto, para o qual estava originalmente organizada” (idem).

“que, na natureza orgânica como um todo, em todas as alterações de criaturas individuais, a espécie das mesmas conserva-se inalterada (conforme a fórmula escolástica: *a natureza sempre conserva a si mesma*)”.⁸⁶

Tendo em vista essa máxima da conservação das espécies, o filósofo tomou como norma não admitir qualquer influência da imaginação sobre a força procriadora, “e nem qualquer [outra] faculdade humana de provocar modificações no antigo original dos gêneros ou espécies através de artifícios externos, de levar tais modificações para dentro da força procriadora e torná-las hereditárias”.⁸⁷ Pois, se isso fosse admitido, “não mais se saberia de qual original a natureza partiu, ou quão longe pode chegar a modificação desse original, e, [...], em que forma distorcida os gêneros e espécies poderiam finalmente degenerar”.⁸⁸ Com essa norma, Kant pretendia não apenas abolir um “modo de explicação que [...] promove a entusiástica propensão à arte mágica”,⁸⁹ mas também resguardar os limites da razão contra o delírio.⁹⁰ Contudo, ele estava convicto de que essa decisão não o tornava cético para experiências efetivas, porque julgava que “todos os eventos fantásticos [...] carregam em si a característica de não permitir *qualquer experimento*, [e], em vez disso, pretendem ser provados tão-somente através de percepções apreendidas acidentalmente”.⁹¹

Kant inferiu, das ilações precedentes, que a assimilação, mesmo que acidental, de propriedades que não pertencem essencialmente ao gênero, “jamais poderia ser o efeito de outra causa que não de germes e predisposições dispostas no próprio gênero”.⁹² Qualquer outra causa não permitiria, segundo ele, explicar “como aquelas quatro diferenças de cor são *as únicas* entre todas as diferenças hereditárias que são *infallivelmente* assimiladas”.⁹³ Em virtude disso, o filósofo acreditava que essas quatro

⁸⁶ Ibidem, A 400-401; Ak VIII 97.

⁸⁷ Ibidem, A 401; Ak VIII 97.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Ibidem, A 402; Ak VIII 97.

⁹⁰ Kant acreditava que se admitisse “mesmo que um só caso desse tipo, [seria] como se [ele] admitisse uma história de fantasmas ou feitiçaria. Então, os limites da razão [estariam] rompidos uma vez por todas, e o delírio [forçaria] sua passagem através dessa brecha em milhares de casos” (Ibidem, A 401-402; Ak VIII 97).

⁹¹ Ibidem, A 402; Ak VIII 97. – Para o filósofo, “aquilo que é de tal espécie que, embora seja suscetível de experimento, não suporta um único ou o evita continuamente com todo tipo de pretexto: isso nada mais é do que delírio e ficção” (idem).

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

diferenças de cor “[tinham] de ter estado nos germes do tronco originário [...] do gênero humano [...], como predisposições naturais que eram necessárias à preservação do gênero, ao menos na época inicial da sua proliferação, e, por isso, tinham de ocorrer infalivelmente nas gerações seguintes”.⁹⁴

Uma explicação alternativa seria, assumindo a teoria do poligenismo,⁹⁵ “admitir que, certa vez, existiram *troncos diferentes* de homens [...], que estavam precisamente ajustados pela natureza às suas diferentes regiões do mundo, por conseguinte, também diferentemente organizados, a fim de que o gênero se conservasse; dos quais os quatro tipos de cor de pele são a marca externa”.⁹⁶ Disso, seguir-se-ia que a cor da pele seria “necessariamente hereditária em cada tronco, não apenas no seu domicílio, mas também [...] [conservar-se-ia] sem redução em qualquer outra região da terra em todas as procriações da mesma classe”.⁹⁷ Nesse caso, esse caráter (a cor da pele) estaria “necessariamente ligado à força procriadora, uma vez que foi indispensável à conservação da espécie”.⁹⁸ O problema é que, se essa explicação fosse assumida, isto é, se existissem troncos *originários* diferentes, “seria absolutamente impossível explicar e compreender porque então, na mútua mistura desses troncos entre si, o caráter da diferença dos mesmos é *infalivelmente* assimilado, como efetivamente ocorre”.⁹⁹ Em outras palavras, para Kant, essa explicação poligenista não permite compreender o fenômeno da procriação híbrida (miscigenação). Pois, segundo ele, se “a natureza deu a cada tronco o seu caráter originariamente em referência ao seu clima e a fim de adequar-se ao mesmo”,¹⁰⁰ então não é possível explicar como, apesar de cada tronco ter sido organizado com finalidades distintas, “as forças procriadoras de ambos deveriam ajustar-se tão bem, mesmo nesse ponto de suas diferenças características, que daí não só *podia* originar, mas *tinha* infalivelmente de resultar uma linhagem intermediária”.¹⁰¹

⁹⁴ Ibidem, A 402-403; Ak VIII 98. – Esse trecho deixa evidente a adesão do filósofo ao monogenismo.

⁹⁵ Kant parece se referir, nesse trecho, aos argumentos de Henry Home, o Lord Kames. Confira a nota de rodapé nº 20 do presente ensaio.

⁹⁶ Ibidem, A 403; Ak VIII 98.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Ibidem, A 403-404; Ak VIII 98.

¹⁰⁰ Ibidem, A 404; Ak VIII 98.

¹⁰¹ Idem.

É possível que essa incontornável dificuldade, enfrentada pela explicação poligenista, tenha convencido o filósofo de que ele realmente estava em posse de uma lei natural, para explicar a necessidade da procriação híbrida. Para ele, “somente se admitimos que as predisposições para todas essas diferenças de classe têm necessariamente de ter estado nos germes de *um único tronco primitivo*, a fim de que ele fosse apto ao progressivo povoamento de diferentes regiões do mundo, torna-se possível compreender por que [...] originaram-se diferentes classes de homens”.¹⁰² Essas classes, segundo ele, “tiveram de levar seu caráter determinado necessariamente para a procriação com qualquer outra classe, [porque] ele pertenceu à possibilidade da própria existência da espécie, [e] também à [...] da sua proliferação, e foi derivado da necessária predisposição primitiva no gênero fundamental”.¹⁰³ Isso o levou a inferir que a *necessidade* da assimilação da cor da pele (como único caráter infalivelmente hereditário) em procriações híbridas só poderia ser compreendida se fosse admitida a perspectiva monogenista da unidade do tronco originário do gênero humano.

Por conseguinte, a divisão dos homens em *raças* deveria seguir, de acordo com Kant, a divisão do gênero humano em classes, pois classes e raças humanas significam a mesma coisa, na medida em que fundam a diferenciação dos homens entre si na infalibilidade da transmissão hereditária do mesmo caráter físico (cor da pele). Neste sentido, segundo ele, “o conceito de uma raça abarca em primeiro lugar o conceito de um tronco comum e, em segundo lugar, caracteres *necessariamente hereditários* de diferença de classe entre os descendentes do mesmo”.¹⁰⁴ Esses são os fundamentos de diferenciação que permitem dividir os homens em classes do mesmo gênero, “que então, devido [...] à unidade do tronco, não podem de forma alguma se denominar *espécies*, mas tão-somente *raças*”.¹⁰⁵ Logo, para ele, o conceito de uma raça só poderia ser determinado como “*a diferença de classe dos animais de um mesmo tronco, na medida em que ela é infalivelmente hereditária*”.¹⁰⁶ A fim de ratificar e instruir a aplicação desse conceito, Kant recorreu ao experimento da procriação híbrida (cuja

¹⁰² Ibidem, A 404; Ak VIII 98-99.

¹⁰³ Ibidem, A 404; Ak VIII 99.

¹⁰⁴ Ibidem, A 405-406; Ak VIII 99.

¹⁰⁵ Ibidem, A 406; Ak VIII 99. – Isso significa, de acordo com o filósofo, que “[a] classe dos brancos não se diferencia da dos pretos como espécie particular no gênero humano; e não há *espécies diferentes de homens*” (Ibidem, A 406; Ak VIII 99-100). Pois, se isso fosse admitido, ter-se-ia de negar a unidade do tronco humano originário.

¹⁰⁶ Ibidem, A 407; Ak VIII 100.

possibilidade demonstrava a unidade do tronco humano originário e servia como princípio para a investigação na história da natureza), quer dizer, à observação do resultado da procriação de homens de feições diferentes: se o produto dessa procriação fosse sempre híbrido, então esses homens pertenceriam a raças diferentes.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Idem.